



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

Artigo/Article

ORGANIZADORES SOCIAIS E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM ESTUDO DAS COMUNIDADES RURAIS DA REGIÃO DO CARIRI PARAIBANO

*SOCIAL ORGANIZERS AND COMMUNITY-BASED TOURISM: A STUDY OF RURAL
COMMUNITIES IN THE CARIRI REGION OF PARAIBANO*

Jakson Braz de Oliveira¹
Carolina Todesco²

RESUMO: O Turismo de Base Comunitária (TBC) preza pelo protagonismo da comunidade local nos processos de desenvolvimento do turismo em seu respectivo território, entretanto, para isso é preciso que a comunidade esteja socialmente organizada. Nesse contexto, a pesquisa teve por objetivo analisar como duas comunidades rurais, do Marinho e do Bravo, situadas na região do Cariri Paraibano, estão socialmente organizadas e integradas à cadeia produtiva do turismo, revelando os fatores que explicam suas diferentes formas de organização comunitária e proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC). A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso comparativo, com uma abordagem de análise qualitativa. As informações foram coletadas em trabalho de campo junto às comunidades alvo do estudo, utilizando duas técnicas de coleta de dados: observação participante e entrevistas semiestruturadas. As informações foram analisadas a partir da teoria de organizadores sociais da área da psicologia comunitária. Os resultados demonstram que a presença de organizadores econômicos e gerenciais na comunidade do Marinho conduziram a um maior engajamento e participação social no desenvolvimento do turismo local, aproximando-a dos princípios do TBC.

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Unipê, Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTur-UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9206-7829>. E-mail: jakson.braz.arq@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTur) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Sustentabilidade (PROPGIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Turismo pela Uniso, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0781-0869>. E-mail: carolina.todesco@ufrn.br





Esses organizadores não estão presentes na comunidade do Bravo, que é mais dependente da figura do líder, com uma baixa adesão em atividades associativistas e/ou cooperativistas. Desta forma, o desenvolvimento do turismo local reverbera de forma mais positiva e exitosa na comunidade do Marinho onde há organização comunitária em torno de atividades produtivas.

Palavras-chave: Organização Comunitária. Organizadores sociais. Turismo de Base Comunitária. Comunidade do Marinho. Comunidade do Bravo. Cariri Paraibano.

ABSTRACT: Community-Based Tourism (CBT) values the local community's leading role in the development of tourism in its respective territory. However, for this to happen, the community must be socially organized. In this context, the research aimed to analyze how two rural communities, Marinho and Bravo, located in the Cariri region of Paraíba, are socially organized and integrated into the tourism production chain, revealing the factors that explain their different forms of community organization and proximity to the development of Community-Based Tourism (CBT). The research is characterized as a comparative case study, with a qualitative analysis approach. The information was collected during fieldwork with the target communities of the study, using two data collection techniques: participant observation and semi-structured interviews. The information was analyzed based on the theory of social organizers from the area of community psychology. The results demonstrate that the presence of economic and managerial organizers in the Marinho community led to greater engagement and social participation in the development of local tourism, bringing it closer to the principles of CBT. These organizers are not present in the Bravo community, which is more dependent on the figure of the leader, with low adherence in associative and/or cooperative activities. In this way, the development of local tourism has a more positive and successful impact on the Marinho community, where there is community organization around productive activities. **Keywords:** Community Organization. Social Organizers. Community-Based Tourism. Marinho Community. Bravo Community. Cariri Paraibano.

INTRODUÇÃO

A região dos Lajedos situada no Cariri Paraibano é marcada pela peculiaridade de sua paisagem, um contraste da aridez da terra com a vida que resiste e brota nas fissuras dos lajedos. Representada na literatura e nas produções cinematográficas por suas características climáticas, aridez e escassez de recursos, esta região apresenta singularidades que movimentam o setor do turismo e atraem olhares, seja pela sua formação geológica e paisagens naturais, com traços endêmicos da fauna e flora do bioma da Caatinga, seja pela cultura tradicional das comunidades (Fialho, Araujo & Bagnoli, 2010; Sousa, 2011; Sales, 2012; Meneses, 2020).

Conforme dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba 2022-2030 (PEDTTUR-PB), as oportunidades de geração de emprego e renda a partir das demandas por hospedagem, transporte, alimentação e outros serviços requeridos pelos turistas vêm se ampliando ao longo dos anos na região do Cariri (Paraíba, 2022).

Em 2017, o Sebrae/PB lançou o projeto “Rota dos Lajedos”, com o intuito de fomentar o turismo em 7 municípios paraibanos, a saber: Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Caturité, Gurjão, Queimadas e São João do Cariri. O projeto propôs atividades envolvendo o geoturismo, o ecoturismo, a produção de artesanato e experiências junto às comunidades (Portal Correio, 2017). A elaboração de roteiros e produtos turísticos



buscaram integrar elementos da paisagem e aspectos culturais, geológicos, arqueológicos, arquitetônicos e históricos das comunidades.

O projeto tinha como base a importância da participação das comunidades locais no planejamento e na gestão da atividade turística, um princípio já bastante debatido e consensuado pela academia e órgãos oficiais de turismo nacionais e internacionais. Nessa seara, há uma forma de turismo em que o eixo central é exatamente o protagonismo das comunidades locais, comumente conhecido por Turismo de Base Comunitária (TBC). De acordo com o Ministério do Turismo, os princípios comuns ao TBC são: a autogestão, a equidade social, a solidariedade, a cooperação, a responsabilidade socioambiental e a interculturalidade (Brasil, 2023a).

A relevância dada ao Turismo de Base Comunitária como uma forma de turismo responsável e inclusivo tem suscitado a necessidade de investigações aprofundadas sobre a integração das comunidades locais na cadeia produtiva do turismo.

Com o intuito de compreender a realidade do turismo nas comunidades rurais da região do Cariri Paraibano, essa pesquisa teve como pretensão realizar um estudo de caso comparativo para analisar as formas de organização comunitária e o envolvimento com o turismo de duas comunidades, do Marinho e do Bravo, situadas nos municípios de Boqueirão e Cabaceiras, respectivamente. Essas duas comunidades têm por característica a presença de sítios arqueológicos e paleontológicos, da fauna e da flora típicas do bioma da Caatinga e da cultura sertaneja, preservada e alimentada pelo cotidiano de suas comunidades rurais, que estão intimamente relacionadas à pecuária extensiva de caprinos e ovinos e à agricultura familiar.

Apesar de serem duas comunidades muito parecidas em termos de atrativos naturais e culturais, apresentaram níveis diferentes de engajamento no projeto Rota dos Lajedos (Sebrae/PB), o que suscitou os seguintes questionamentos: quais fatores explicam as diferentes formas de organização comunitária? Esses fatores são determinantes para a participação ativa das comunidades no desenvolvimento do turismo? As comunidades do Marinho e do Bravo apresentam características organizacionais capazes de promover o desenvolvimento do turismo a partir dos princípios do Turismo de Base Comunitária?

Desta forma, o objetivo da pesquisa foi analisar como as comunidades do Marinho e do Bravo, situadas na região do Cariri Paraibano, estão socialmente organizadas e integradas à cadeia produtiva do turismo, revelando os fatores que explicam suas diferentes formas de organização comunitária e proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

O artigo está estruturado em 6 seções: a primeira seção refere-se a essa introdução; a segunda detalha os procedimentos metodológicos adotados; a terceira seção aborda o referencial teórico utilizado para analisar os organizadores sociais das comunidades em estudo; a quarta seção apresenta o conceito e os princípios do TBC que foram adotados como categorias de análise; a quinta seção apresenta os resultados da pesquisa; e a sexta seção traz as considerações finais.

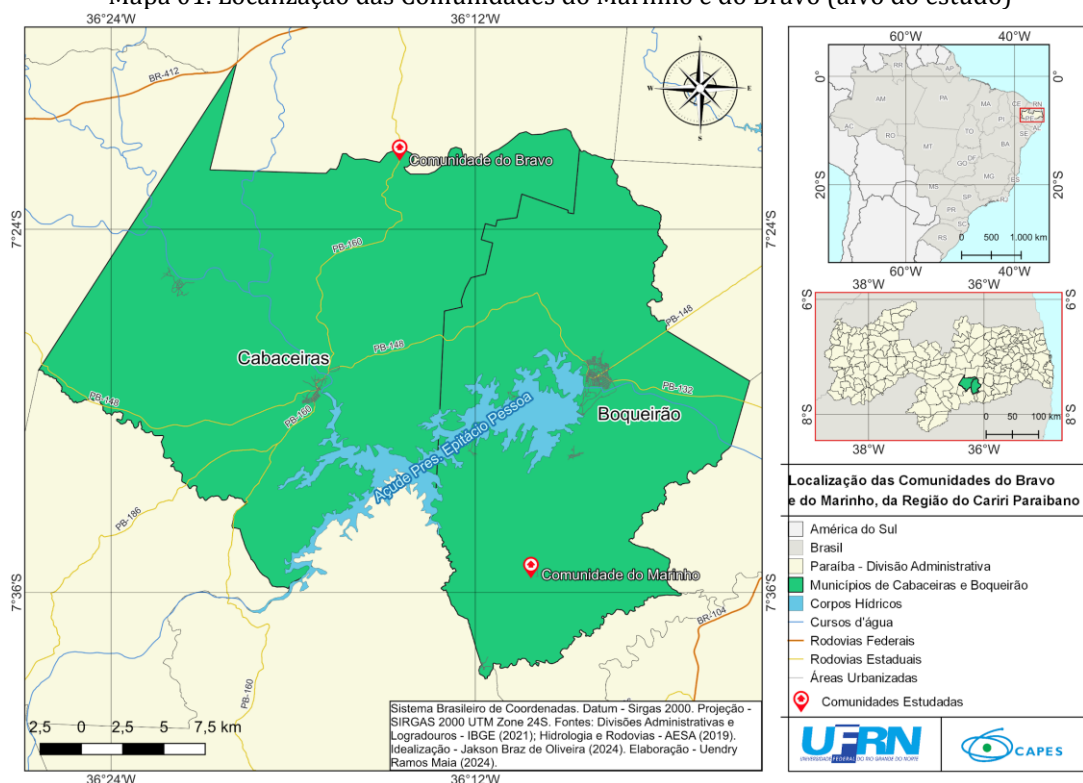
METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso comparativo, de caráter exploratório, com uma abordagem de análise qualitativa das informações coletadas em pesquisa de campo junto as comunidades alvo do estudo, com aplicação de duas técnicas de coleta de dados: observação participante e entrevista semiestruturada.



O recorte espacial da pesquisa abarca as comunidades do Marinho e do Bravo (mapa 1), situadas no Cariri Paraibano. A escolha dessas comunidades se deve aos seguintes fatores: a) estarem situadas no principal eixo dos atrativos turísticos da Rota dos Lajedos (Sebrae/PB); b) serem localizadas em municípios limítrofes, facilitando a operacionalidade do trabalho de campo da pesquisa; c) fazerem parte do Projeto Geoparque Cariri Paraibano; e d) por apresentarem diferentes formas e intensidades de envolvimento com o turismo local e regional.

Mapa 01. Localização das Comunidades do Marinho e do Bravo (alvo do estudo)



Fonte: Elaborado com base no Sistema Brasileiro de Coordenadas (2023)

A pesquisa de campo envolveu visitas exploratórias, nos anos de 2022 e 2023. Foram realizadas duas visitas na comunidade do Marinho e três visitas na comunidade do Bravo. Essas visitas tiveram como intuito identificar lideranças comunitárias, possíveis entrevistados, organizações comunitárias e atividades turísticas na localidade.

Nas visitas exploratórias foi aplicada a técnica da observação participante, "que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade [...] consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar [...] e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo" (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 74). A observação participante complementa as entrevistas, pois ela permite captar uma variedade de situações que não são obtidas por meio de perguntas.

As entrevistas semiestruturadas visaram compreender as formas de organização social que existem em cada comunidade, os elementos que dificultam ou facilitam o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, a partir da leitura do engajamento individual e coletivo nas atividades produtivas e nas atividades cooperativas e associativistas.



Na comunidade do Marinho, a pesquisa de campo foi realizada de 09 a 20 de outubro de 2023, totalizando 12 dias, hospedado na casa de moradores da comunidade, tendo sido realizadas 7 entrevistas semiestruturadas, com lideranças comunitárias, moradores e membros da Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM). Na comunidade do Bravo, a pesquisa de campo foi de 23 de outubro a 03 de novembro de 2023, totalizando 12 dias, hospedado na sede da Associação de Moradores do Geoparque do Cariri Paraibano, período em que foram realizadas 5 entrevistas semiestruturadas com moradores, lideranças da comunidade e membros da Associação dos Moradores do Geoparque do Cariri. No mês de dezembro de 2023 foi realizada mais uma visita (sem pernoite) em ambas as comunidades para coleta de informações complementares e outros registros fotográficos.

Quadro 1. Respondentes das Entrevistas Semiestruturadas

Lócus das Entrevistas	Perfil	Total
Comunidade do Bravo, Cabaceiras/PB	• Moradores • Lideranças da comunidade • Associação dos Moradores do Geoparque do Cariri	5
Comunidade do Marinho, Boqueirão/PB	• Moradores • Lideranças da comunidade • Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM)	7
Sebrae-PB	• Consultor Sebrae-PB que atua na região do Cariri Paraibano	1
Total de entrevistas		13

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Para a realização das entrevistas foi solicitado permissão diante do compromisso da pesquisa com a Ética e Responsabilidade Social, em consonância com a Resolução 510:2016 do CNS e do CEP-UFRN. Foi apresentado a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que constam informações sobre: a natureza da pesquisa, o envolvimento na pesquisa, riscos, desconfortos e os benefícios da participação. Para garantir o anonimato dos entrevistados, as entrevistas foram codificadas: entrevistados da comunidade do Bravo, por EB. 01 a EB. 05; Entrevistados da comunidade do Marinho, por EM. 01 a EM. 07.

Posteriormente, como procedimento metodológico de análise, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, temática, de Bardin (2016). As categorias de análise adotadas na pesquisa foram: os organizadores sociais das comunidades (Matos, 2003; 2012); e a proximidade com os princípios do Turismo de Base Comunitária: autogestão, equidade social, cooperação, solidariedade, responsabilidade socioambiental e interculturalidade (Brasil, 2023b).

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E TIPOS DE ORGANIZADORES SOCIAIS

A organização social é um fenômeno complexo que tem sido objeto de estudos multidisciplinares. Diferentes formas de organização social surgiram e evoluíram de acordo com contextos culturais, econômicos e políticos específicos. Desde os debates sobre individualismo e coletivismo até a análise dos impactos da tecnologia, debates



científicos e estudos nacionais e internacionais têm enriquecido a compreensão das diferentes formas de organização social ao longo do tempo e em diversas culturas.

Em nosso estudo, durante a pesquisa bibliográfica, em busca de compreendermos as formas de organização comunitária, identificamos as obras de Aécio Gomes de Matos, docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor em Psicossociologia das Organizações e pós-doutor em Sociologia. Matos dedicou grande parte de suas pesquisas, no âmbito da psicologia comunitária, analisando as organizações sociais brasileiras, seu processo histórico, seus métodos, suas estruturas e sua importância para a democracia.

Ao verificar que Matos (2003; 2006; 2012) propõe um olhar analítico para as estruturas e os mecanismos das organizações sociais, possibilitando observar sua autonomia, adotamos seu referencial teórico para guiar nossa pesquisa empírica referente às organizações comunitárias da região do Cariri.

Matos (2003) procurou analisar os níveis e as dimensões macro e micro das organizações sociais, as diferenças e contradições internas e externas das organizações dos diversos segmentos sociais. Como resultado, propõe a distinção de três níveis diferenciados, complementares e imbricados na estrutura do processo de organização social: a organização de massas, a organização política e institucional e a organização de base.

A organização de massa, segundo Matos (2003), concentra grandes mobilizações populares, em que as palavras de ordem e a racionalidade vêm carregadas de apelos emocionais e engajamento político dos contingentes que representam essa força, com grande espaço para o anonimato.

No caso da organização institucional, Matos (2003) define como uma forma mais estruturada e estável de organização, baseada nas relações e nos contratos sociais, mais ou menos formais, tais como sindicatos, partidos políticos, associações de moradores etc. Estas organizações se estabilizam no plano normativo através de leis, contratos sociais e regulamentos que controlam e limitam o alcance de suas ações. Sobre a organização institucional, Matos (2003) a define como fruto da instituição dos poderes republicanos, dos direitos e deveres que regulam as relações sociais.

Por fim, a organização de base, conforme Matos (2003), é caracterizada pela construção de relações e vínculos entre as pessoas que compartilham um mesmo espaço. Esta organização não é hierarquizada e prioriza a participação das pessoas na construção de um espaço mais inclusivo. Se diferencia das duas anteriores por ser o espaço onde prevalecem os ideais coletivos, a consciência e o fortalecimento de identidade em contraposição à impessoalidade das massas (organização de massa) e à universalidade das instituições (organização institucional). A organização de base busca fortalecer os laços comunitários através de ações que buscam o bem-estar de todos os envolvidos.

A organização social de base é um espaço onde se pode construir a práxis pela reflexão crítica das experiências individuais e coletivas, onde se constituem coletivos autônomos que se expressam politicamente nas relações com outros coletivos, com as autoridades instituídas, com outros segmentos da sociedade. (Matos, 2012, p. 338-339)

As três formas de organização social são consideradas por Matos (2003) como fundamentais para a democracia, uma vez que elas são espaços de articulação do exercício da cidadania. Entretanto, segundo o autor, no Brasil, embora as organizações



de massa e as organizações institucionais tenham avançado significativamente, as organizações de base, mesmo considerando seu número crescente nas últimas décadas, pouco prosperaram no que se refere a sua autonomia.

A organização social, como um fenômeno complexo, envolve a interação entre os indivíduos em uma sociedade. Para analisar as organizações de base, Matos (2012) destaca a importância de identificar os tipos de organizadores sociais para a compreensão dessa dinâmica envolvendo os indivíduos e o modo pelo qual alicerçam suas relações. Segundo Matos (2012, p. 339-340), o conceito de organizadores sociais tem como foco "os dispositivos e processos que contribuem para a constituição de sujeitos coletivos, como uma unidade autorregulada, se exprimindo pelo reconhecimento recíproco e por sentimento de inclusão, que se caracterizam pelo uso da primeira pessoa do plural, 'nós'". São, portanto, os elementos que estruturam a organização social, e segundo o autor, podem ser identificados três tipos, que podem coexistir simultaneamente se reforçando ou se contrapondo, traduzindo estratégias úteis à evolução da organização comunitária (Matos, 2012, p. 341):

- **Organizadores instrumentais**, com a predominância da racionalidade instrumental e da razão técnica.
- **Organizadores simbólicos**, respaldando sentimentos de pertencimento, estabelecendo os limites do interno e do externo ao coletivo.
- **Organizadores imaginários**, que operam fundamentalmente com o imaginário grupal e com os processos inconscientes de identificação.

Os **organizadores instrumentais** são aqueles cuja racionalidade caracteriza a organização dos coletivos, como um instrumento útil para que cada um dos seus participantes possa atingir seus próprios objetivos à medida que os objetivos coletivos sejam atingidos. Matos (2003) aponta para a necessidade de se estudar os processos produtivos e as relações de trabalho para uma compreensão mais ampla desse fenômeno, destaca a importância da compreensão das relações entre produção, distribuição e consumo para a compreensão da organização social. "O que motiva a participação é justamente uma razão instrumental que articula os objetivos de cada participante e o esforço de integração para atingi-los" (Matos, 2012, p. 342).

Entre os organizadores instrumentais, destacam-se: 1. os **organizadores políticos**, que motivam a participação em mobilizações comunitárias como poder de pressão e de ação coletiva; 2. os **organizadores econômicos**, que mobilizam para o engajamento em atividades relacionadas aos meios de subsistência e a melhoria da qualidade de vida sob o pressuposto de que a união torna-os mais forte; e 3. os **organizadores gerenciais**, que buscam fortalecer a articulação de comunidades que pretendem obter ganhos de sinergia pela ação associativa nos grupos de produção e comercialização, utilizando processos sistemáticos de planejamento e gestão das atividades coletivas (Matos, 2012).

A maneira com a qual os movimentos sociais atuam publicamente para alcançar determinados objetivos, não se estruturam necessariamente apenas por conflitos, mais que isso, a ação coletiva é alicerçada pelas relações sociais. apresenta dois aspectos centrais na concepção da ação coletiva: a diversidade das formas que a ação pode assumir e a multiplicidade das motivações que fundamentam o desencadeamento da ação. Assim, os estudos sobre ação coletiva não têm como ponto de partida apenas interesses pragmáticos e racionais, mas também sentimentos morais de injustiça.



Os **organizadores simbólicos**, por sua vez, envolvem as representações culturais e os sistemas simbólicos que estruturam a organização social. Esses organizadores incluem a religião, a arte, a literatura, a ciência e outros sistemas simbólicos que moldam a forma como os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo. Matos (2012) sugere a importância da compreensão das representações culturais para o entendimento das relações nos grupos. Neste sentido, presume a correlação direta entre os níveis de colaboração de uma comunidade com suas origens históricas, as referências comuns no plano ideológico, cultural e religioso, sendo esta condição favorável às articulações coletivas objetivando suas conquistas comuns. Desta forma, dentre os organizadores simbólicos, destacam-se os: **organizadores históricos**, os **organizadores ideológicos**, os **organizadores culturais** e os **organizadores religiosos**.

Os organizadores históricos são uma das principais referências da formação e da sustentabilidade dos grupos comunitários. Caracteriza-se por advir de relações de parentesco, vizinhança, fortalecimento de identidade local, solidariedade, interesses comuns, sentimento de inclusão e canais próprios de comunicação, que os aproximam. Os organizadores ideológicos têm como base a definição de um pensamento comum, que orienta e regula as relações de maneira coerente. Neste caso, os membros das comunidades compartilham de forma programada de alguns valores éticos, e onde os movimentos sociais se comprometem com a participação em militâncias na busca por direitos e/ou privilégios. Os organizadores culturais e os religiosos representam parcela importante na conquista por espaços de empoderamento, legitimidade e conquistas. São referências historicamente consolidadas, que partem de memórias coletivas num contexto social. Matos (2012) destaca especificamente nas comunidades rurais, a forte ligação com a terra e com o trabalho no campo.

As entidades coletivas como associações, cooperativas e sindicatos são os organizadores institucionais presentes nas comunidades, muitas vezes são a única forma legal para ter acesso a recursos públicos. Estas organizações exercem papel de mediadoras entre a comunidade e as forças políticas, ONGs e outras entidades externas. Atuam na integração dos objetivos comuns, e mesmo induzidas de fora, têm importância estratégica para o desenvolvimento dos projetos locais.

Os **organizadores imaginários** como o próprio nome diz, aplica-se por instâncias imaginárias, ou seja, no plano do inconsciente. Envolvem as ideias, os valores e os mitos que estruturam a organização social. Esses organizadores incluem as utopias, os valores morais que orientam a ação dos indivíduos na sociedade. Matos (2012) enfatiza a importância da compreensão dos organizadores imaginários para a compreensão da organização social, apontando para a necessidade de se estudar as formas de construção e de disseminação das ideias e dos valores na sociedade. O autor identifica três tipos de organizadores imaginários: os **organizadores da liderança**, a **luta contra o líder** e os **organizadores grupais**.

Os organizadores da liderança estão identificados na figura do líder, seja da comunidade ou de fora, mas que têm em comum a capacidade de interlocução e o poder de, através da articulação, mobilizar grupos. Essa condição traduz também a posição passiva e dependente da comunidade, apoiando-se na figura de um agente (o líder) fomentador de ideias e que esteja de frente aos desafios.



O reconhecimento do poder do líder, por ser uma pessoa diferenciada na comunidade, representa a projeção das fragilidades de cada um sobre essa figura poderosa (do líder). Constata-se assim uma identidade coletiva constituída a partir de mecanismos inconscientes que se caracterizam pela ambivalência em relação à liderança; ambivalência expressa em posturas e sentimentos de identificação, mas também de negação da própria identidade. (Matos, 2012, p. 347)

Para Góis (2003, p. 292), o que distingue o sujeito da comunidade do indivíduo submisso e dependente que ali vive, é que o primeiro tem uma consciência transitiva que lhe permite compreender o modo de vida de sua comunidade e de si mesmo, além de reconhecer seu valor e poder para desenvolvê-la e desenvolver-se numa perspectiva dialógica e solidária," rompendo cada vez mais uma ideologia de submissão e resignação.

A figura do líder representa para muitas comunidades a voz que mais reverbera e por isso cai sobre ela as maiores responsabilidades no sentido mais ético.

Contraditoriamente, numa outra perspectiva, as relações podem assumir características definidas pelo sentimento de recusa aos pensamentos do líder, movidos pela insegurança e incredibilidade de sua autoridade. Neste sentido, o autor apresenta uma outra forma de organização, a luta contra o líder, onde os membros da comunidade movimentam-se no sentido à crítica e ao contraditório, estabelecem outras alianças no sentido de fragmentar as forças do líder e da ordem constituída, e buscam uma organização alternativa. Essa conjuntura retrata o processo de evolução na organização da comunidade, passa pela consciência de cada sujeito no sentido de ser capaz de mudar e romper com a dependência. Tal postura pode ser compreendida ou não pelo líder, como um estágio de evolução da comunidade, o que eventualmente será motivo de conflitos internos.

Por fim, entre os organizadores imaginários, temos os organizadores grupais, que o autor considera o mais evoluído por estar centrado no coletivo. "A comunidade supera sua fase edipiana de contestação passando a uma forma de organização mais centrada sobre o coletivo, como uma autorreferência, que assume o controle e se apropria de sua história" (Matos, 2012, p. 348).

Neste caso, as comunidades partilham de responsabilidades, autonomia e onde o associativismo é desempenhado de forma mais efetiva. Nos grupos, com gestão participativa, a autoimagem da comunidade é positiva e, diferentemente de outros modelos onde a práxis oriundas de metodologias diretivas afastam os comunitários de uma consciência identitária, neste caso frutificam ações e benefícios, fortalecendo as organizações.

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O Turismo de Base Comunitária vem se desenvolvendo no Brasil de forma gradativa, desde a década de 1990, como uma alternativa para o uso sustentável de recursos naturais e culturais, através da participação direta das comunidades locais. O TBC possui como foco o desenvolvimento econômico, social e cultural, buscando preservar a cultura, o meio ambiente e assegurar os direitos fundamentais, além de promover um maior aproveitamento das capacidades singulares dos indivíduos e dos grupos comunitários.



Conceitualmente, conforme o Ministério do Turismo, em trabalho recente produzido junto ao Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Detur-UFRN),

Turismo de Base Comunitária corresponde a formas de gestão do turismo que prezam pelo protagonismo das comunidades anfitriãs e em sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, com o compromisso de gerar benefícios coletivos, promover a solidariedade e a cooperação entre os envolvidos, valorizar a cultura local, proteger a natureza e proporcionar a troca de saberes, vivências experiências interculturais entre visitantes e comunidades. (Brasil, 2023a, p. 85)

O Turismo de Base Comunitária baseia-se no desenvolvimento orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação dos benefícios advindos da atividade turística (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009).

O TBC prioriza a geração de trabalho para os moradores, os pequenos empreendimentos locais e a garantia da participação de todos na tomada de decisões, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Essa condição assegura a participação democrática das comunidades com o planejamento descentralizado e associativo, melhora a gestão dos recursos econômicos e naturais compatíveis com o turismo sustentável (Coriolano, 2009, p. 284).

Para Maldonado (2009), por turismo comunitário entende-se toda forma de autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação, equidade no trabalho e distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade, na perspectiva dos turistas conhecerem e aprenderem com os respectivos modos de vida das comunidades anfitriãs (Maldonado, 2009).

O protagonismo da comunidade como recurso para o desenvolvimento de localidades com populações vulneráveis muda o contexto social, amplia a participação popular nas decisões e permite acesso aos recursos advindos das atividades turísticas. Além de reduzir as desigualdades, a articulação da comunidade em torno do turismo possibilita o acesso à serviços básicos, garante a subsistência e melhora a qualidade de vida (Grimm, Sampaio & Garcia, 2017).

As ações coletivas justificam-se pela demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica (Irving, 2009). As demandas exigem a construção de soluções inovadoras e a consideração de variáveis, tanto endógenas quanto exógenas. Enquanto o foco deve ser o desenvolvimento do bem-estar social, das oportunidades de emprego, dos serviços básicos e da redistribuição de renda, também é importante identificar e gerenciar os efeitos nocivos do turismo, como a poluição, o uso indevido de recursos, a exploração de trabalhadores e o enriquecimento de empresas exógenas às custas da comunidade.

Mesmo sendo provedor de benefícios, o turismo comunitário também é altamente questionado, principalmente devido às poucas informações sobre os



resultados obtidos. Portanto, é preciso se livrar de premissas baseadas exclusivamente em estatísticas, que marcam caminhos de sucesso para qualquer caso, e levar em conta os resultados qualitativos referentes a vida das pessoas que vivem nos lugares turísticos (Cabanilla, 2014).

O turismo comunitário abre espaço para as comunidades, que são levadas a sua transformação em núcleos receptores, tornar a atividade turística uma ferramenta para o desenvolvimento endógeno, com a produção de produtos e prestação de serviços, por meio do associativismo e cooperativismo entre outras modalidades de organizações comunitárias (Sampaio, 2005). O impacto do turismo no desenvolvimento local também vai depender de fatores, como a oferta e demanda turística, capacidade de empreender, oportunidades de emprego, a habilidade da comunidade local para se ajustar às novas dinâmicas, do suporte oferecido pelo poder público e pelo terceiro setor e das relações com as empresas de apoio na divulgação e comercialização.

Os estudos realizados no âmbito do projeto do Turismo Responsável no Brasil, do MTur e Detur/UFRN (2023), a partir de uma síntese da literatura acadêmica nacional especializada e das declarações internacionais de TBC, apresenta seis princípios do TBC, a saber: autogestão, equidade social, solidariedade, cooperação, responsabilidade socioambiental e interculturalidade.

Quadro 2. Princípios do TBC de acordo com o Ministério do Turismo (2023)

Princípios	Descrição
Autogestão	O exercício coletivo do poder, com corresponsabilidade e transparência de informações, é fundamental no Turismo de Base Comunitária. As comunidades, em vínculos de confiança e solidariedade, determinam seus objetivos coletivos, os meios para alcançá-los e estabelecem as regras do processo, sendo compreendidas como as reais protagonistas do planejamento e da gestão da atividade turística.
Equidade Social	No Turismo de Base Comunitária, o princípio da equidade social está no compromisso com a defesa de uma sociedade justa, inclusiva, segura e democrática, com a geração e distribuição equitativa dos benefícios e das oportunidades advindos do turismo, com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das comunidades e com a redução de barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que resultam em exclusão ou desigualdade.
Solidariedade	Como atividade integrante da Economia Solidária, o Turismo de Base Comunitária tem como premissa a solidariedade entre os atores sociais para que se estabeleçam relações de confiança e se fortaleça a coesão social das comunidades, o que contribui para a defesa de interesses coletivos e do bem comum em sobreposição à defesa de interesses privados.
Cooperação	Pode ser compreendido como o contexto interativo em que as ações dos integrantes favorecem o alcance dos objetivos coletivos. No Turismo de Base Comunitária se pressupõe um ambiente favorável à práticas de cooperação entre os atores sociais, facilitando ações coordenadas, contribuindo para o fortalecimento da coesão social, o empoderamento e aumento do capital social, para o desenvolvimento do turismo de forma associativa, cooperativa e/ou organizada coletivamente no território, dentro da perspectiva da Economia Solidária.



Responsabilidade Socioambiental	Corresponde ao comprometimento, deveres e atribuições de todos na gestão eficiente e sustentável dos recursos ambientais, sociais e econômicos. O Turismo de Base Comunitária se contrapõe ao turismo de massa na escala dos impactos e está atrelado ao compromisso com a proteção da natureza, com a preservação da diversidade biológica, dos ecossistemas locais e com a qualidade dos espaços de reprodução social das comunidades.
Interculturalidade	No Turismo de Base Comunitária, a interculturalidade é concebida no encontro e no diálogo entre turistas e autóctones, possibilitando o intercâmbio e o estreitamento de laços e/ou relações, com base na convivência democrática, no respeito e na troca de experiências, vivências e saberes, buscando a integração sem anular a diversidade. Nesse sentido, faz-se importante a valorização da cultura local, o reconhecimento e a promoção dos modos de vida para elevar o sentimento de pertencimento e autoestima das comunidades.

Fonte: Brasil (2023b, p. 42-43)

Neste sentido, o TBC alinha-se às condutas do turismo responsável e pode ser incorporado às agendas de desenvolvimento local, regional, rural e comunitário.

Debruçar-se sobre as experiências práticas acerca de territórios onde o chamado Turismo de Base Comunitária se faz importante para uma compreensão do fenômeno sem estereótipos e padronizações.

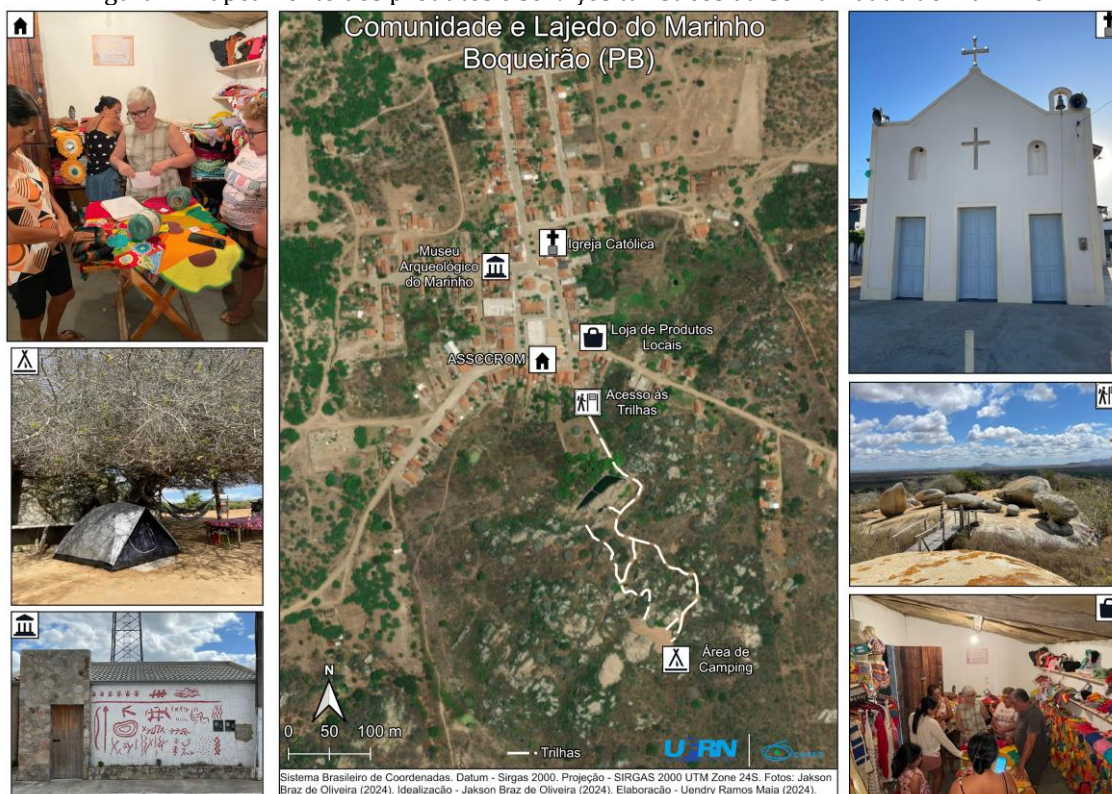
COMUNIDADES DO MARINHO E DO BRAVO: ORGANIZADORES SOCIAIS E PROXIMIDADE COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A região dos Lajedos do Cariri Paraibano já foi palco de mais de 20 produções cinematográficas, entre longas e curtas-metragens, além das novelas, tais como: O Auto da Compadecida (2000), Viva São João (2002), Lisbela e o Prisioneiro (2003), O Caminho das Nuvens (2003), Aspirinas e Urubus (2005), Canta Maria (2006), Romance (2008), Onde Nascem os Fortes (2018), e muitos outros. Essas gravações impulsionaram a atratividade turística e fortaleceram toda uma cadeia de serviços nas áreas de hospedagem, alimentação, roteiros turísticos e aluguel de equipamentos (Tavares, Araújo & Webber, 2015). As comunidades rurais do Marinho e do Bravo passaram a ser visitadas nesse contexto de valorização e visibilidade da cultura sertaneja de resistência e de sua paisagem singular, movimentando o geoturismo, o ecoturismo, o turismo rural e o turismo pedagógico e científico.

O turismo na comunidade do Marinho, Boqueirão/PB

O Distrito do Marinho possui aproximadamente 800 residentes e é o único distrito do município de Boqueirão/PB, o qual tem uma população total de 17.598 habitantes (IBGE, 2023). O distrito fica a 14 km do centro da cidade, por estrada de terra, e a cerca de 180 km da capital João Pessoa/PB. O Distrito vem se destacando no turismo pelos lajedos e às opções de trilhas, cavalgadas, camping, gastronomia e artesanato, ofertando serviços e produtos mapeados e ilustrados na figura 1.

Figura 1. Mapeamento dos produtos e serviços turísticos da Comunidade do Marinho



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM) foi criada em 2017, dada a necessidade das crocheteiras e dos condutores locais terem maior representatividade para tomarem decisões coletivas e falarem em nome do grupo. Após a criação da ASSCROM, outros membros e seus produtos foram agregados. Hoje a Associação possui 25 membros que desempenham tarefas e possuem responsabilidades de forma equitativa. Os membros são condutores, artesãos, produtores agrícolas, apicultores e crocheteiras. Para a exposição e venda dos seus serviços e produtos, criaram um empreendimento chamado "Lojinha Criativa". A vila também conta com uma bodega e com a sede da ASSCROM, uma acolhedora residência transformada em ateliê, onde as artesãs recebem os turistas e demonstram o processo de produção, em meio às conversas, causos e expressões da cultura paraibana e caririense.

A Associação tem a preocupação em dar as condições para que os visitantes possam aproveitar ao máximo a experiência no Marinho. Não há restaurante na comunidade, as refeições para grupos são agendadas com antecedência. No Marinho, as refeições são produzidas nas cozinhas de algumas famílias, todos são vizinhos e partilham muitas atividades cotidianas e integram a Associação. As frutas e hortaliças são cultivadas em propriedades próximas, algumas famílias realizam produção agroecológica e escoam seus produtos pelas comunidades da região e em feiras.

Para a produção de mel, alguns apicultores possuem colmeias em suas propriedades, outros adentram a mata da Caatinga em busca do mel de abelhas selvagens. O reconhecido crochê da comunidade, com seu colorido entrelaçado de lãs de algodão, figuram flores, cactos, pássaros, que remontam a paisagem local. Essa



expressão delicada, acompanha gerações de famílias e é uma atividade que movimenta um grupo de mulheres, conhecidas como as “Crocheteiras do Marinho-PB” (Crochêma).

A presença do Sebrae/PB, a partir de 2014, fez com que a intenção de trabalhar o turismo não se restringisse apenas à visita aos lajedos, mas também incluiu aspectos culturais, o que representou avanços para a criação de novos produtos. As capacitações para o atendimento ao turista e os cursos de condutores locais e de manipulação de alimentos impulsionaram a vila do Marinho, dando visibilidade e conquistando novos mercados, inclusive viabilizando a participação em eventos de promoção turística, como feiras e congressos.

A visita ao lajedo é aberta o ano todo, apenas em uma data específica eles fecham para as famílias, no réveillon. Os serviços turísticos disponibilizados no Marinho estão voltados para pequenos grupos, divulgados e comercializados por agências de turismo.

Os que buscam sossego e/ou aventura no Marinho podem se hospedar num camping instalado sobre o próprio lajedo, em área privada, cedida à Associação para uso destinado ao turismo e à preservação da área. Esta vivência objetiva propiciar um maior contato com a paisagem, flora e fauna dos lajedos, entre as opções de atividades de trilhas, gastronomia regional, produção de queijos, mel, doces e da experiência junto à comunidade local.

O turismo na comunidade do Bravo, Cabaceiras/PB

A comunidade do Bravo fica no limite do município de Cabaceiras, a 20 km do centro, bem na divisa com o município de Boa Vista, e a 185 km da capital João Pessoa. O geossítio do Bravo possui 4,35 km de extensão, onde se destacam sua formação geológica, geomorfológica, sítios paleontológicos, arqueológicos, históricos e biogeográficos (Lages et al., 2018). A comunidade está situada dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cariri, unidade de conservação estadual, de uso sustentável, instituída pelo Decreto nº. 25.083, de 8 de junho de 2004.

Na comunidade do Bravo residem cerca de 50 famílias. No distrito há apenas dois núcleos de habitações com poucas moradias, igreja, escola e posto de saúde. A geração de emprego e renda no Bravo provém da ovinocultura, caprinocultura, mineração de bentonita (que emprega maior número de pessoas) e dos poucos serviços gerados pelos visitantes.

No Bravo, os pontos de visita são as furnas, as lagoas naturais e os cemitérios indígenas, envoltos de lendas e sabedorias populares. Há trilhas longas com alto grau de dificuldade e trilhas curtas, as mais exploradas pelos que visitam o local. Dentre os atrativos visitados nas trilhas curtas, os guias e condutores locais, geralmente jovens da comunidade, conduzem para: os Matacões e Pinturas Rupestres da tradição Itacoatiara e Agreste; as Furnas dos Tapuias; os Jardins de Cactos; a Lagoa do Planetário; e a Pedra da Fertilidade Feminina. Na figura 2, identificamos os principais produtos e serviços turísticos da comunidade do Bravo.

Figura 2. Mapeamento dos produtos e serviços turísticos da Comunidade do Bravo



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir das demandas e das necessidades crescentes, os moradores do Bravo criaram a Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, no ano 2011. A Associação permitiu aos moradores maior acesso a benefícios sociais, além de ser um espaço para discutir e decidir pautas comuns à comunidade. A sede fica numa das casas, um imóvel simples, com cerca de 100m² que abriga uma pequena biblioteca, uma mesa para reuniões, uma cozinha, um terraço voltado para comunidade e dois quartos para receber e dar dormida aos pesquisadores e eventualmente alguns visitantes.

Dados fornecidos pela Associação dos Moradores do Geoparque do Cariri, apontaram que no ano de 2018 o número de visitantes no Lajedo do Bravo foi de 2 mil pessoas. Um número considerável levando em conta a falta de infraestrutura de receptivo e de sinalização. Esses dados, que são anteriores à pandemia de covid-19, mostram a potencialidade do Lajedo do Bravo como atrativo turístico, possibilitando o maior envolvimento dos moradores locais, que pouco aproveitam o fluxo de visitantes no local.

Organizadores Sociais Presentes nas Comunidades do Marinho e do Bravo

Nas comunidades do Marinho e do Bravo há a presença de organizações sociais de base, caracterizada pela construção de relações e vínculos entre as pessoas que compartilham um mesmo espaço (Matos, 2012). No caso da comunidade do Marinho foi possível identificar organizadores instrumentais (político, econômico e gerencial) e organizadores simbólicos (religiosos e históricos). No caso da comunidade do Bravo foi



possível identificar organizadores instrumentais (político), organizadores simbólicos (religiosos e históricos) e organizadores imaginários (liderança).

Os organizadores instrumentais são notáveis na presença das associações, tais como: a Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, envolvendo moradores do Bravo, criada em 2011; e a Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM), criada em 2017. Essas organizações não apenas atuam como intermediárias na busca por financiamento e suporte governamental, mas também desempenham um papel de mediadoras entre a comunidade e diversas forças políticas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades exógenas.

Em ambos os casos, apesar de nem todos os entrevistados demonstrarem alinhamento com a Associação, todos reconhecem que ela é uma forma de poder de pressão e de ação coletiva, e destacam sua importância para as articulações com o poder público municipal e estadual para a melhoria da qualidade de vida em cada distrito, constituindo-se num importante organizador instrumental político da comunidade, concentrando suas demandas e representando seus interesses.

Nesse sentido, cabe destacar que a Associação de Moradores do Geoparque do Cariri, da comunidade do Bravo, tem por característica ser um organizador político para a conquista de benefícios sociais para a comunidade na área de infraestrutura, educação e preservação dos lajedos. “Por exemplo, para a construção de cisternas e poços artesianos está sendo conversado aqui na comunidade para a gente poder trazer esse benefício para região” (EB. 02, 2023).

Porém, as reuniões da Associação de Moradores do Geoparque do Cariri não são frequentes, tem baixa adesão dos comunitários, dependem da figura do líder para a condução das ações e, segundo os associados, a pauta do turismo ainda está distante de ser prioridade para muitas famílias, uma vez que muitos têm como principal fonte de renda o trabalho nas mineradoras de Bentonita.

Quando o TBC chega numa comunidade carente, que não tem uma boa condição de subsistência as pessoas se jogam e participam como forma de garantirem uma fonte de recursos, mas aqui [comunidade do Bravo] as pessoas que saem para trabalhar ainda não veem o turismo como principal alternativa de renda. Além disso, o custo de vida aqui ainda é muito baixo e parte das pessoas que trabalham recebem ao menos dois salários mínimos, o que para nosso lugar é um bom rendimento mensal, mesmo com o deslocamento. (EB. 05, 2023)

No Bravo, portanto, não existem na comunidade organizadores econômicos e gerenciais, ou seja, não há iniciativas de associação e cooperativismo envolvendo atividades produtivas. Um fator mencionado por um morador como determinante para a baixa participação dos indivíduos nas atividades associativistas relacionadas aos meios de subsistência é o fato de que grande parte das famílias tem pessoas empregadas nas indústrias de mineração e na prefeitura do município de Boa Vista (município limítrofe).

Já no caso do Marinho, a associação ASCCROM além de ser um organizador político, também se configura como um organizador econômico e gerencial, visto que os indivíduos se mobilizam para o engajamento em atividades econômicas relacionadas aos seus meios de subsistência e à melhoria da qualidade de vida sob o pressuposto de que “a união faz a força” e buscam fortalecer a articulação da comunidade pela ação associativa, utilizando processos de planejamento e gestão das atividades produtivas coletivas.



Segundo associado da ASCCROM, que ingressou nas atividades do turismo em 2016 e hoje desempenha papel importante na gestão e articulação da Associação:

Hoje quando a gente se comunica com prefeitura, organização ou instituição, o contato se dá por meio de um ofício em nome da ASCCROM, isso nos abriu portas não somente no município, mas em outras cidades e até outros estados por meio da mobilização coletiva. Entendemos que unidos somos muito mais fortes. [...] Em nome da Associação podemos pedir melhorias para todos, como o exemplo dos dessalinizadores, que conseguimos e as pessoas achavam que era uma ação da prefeitura e na verdade foi uma ação coletiva da Associação e que chegou via esfera Federal. (EM. 01, 2023)

Os moradores da comunidade do Marinho apresentam maior engajamento para discutir, elaborar estratégias e gerenciar ações no sentido de desenvolver e distribuir de forma mais equitativa as atividades e benefícios para os membros da ASCCROM e população residente, assim como possuem maior clareza dos objetivos coletivos que desejam atingir.

Cerca de 25 famílias trabalham envolvidas diretamente nas atividades e no apoio logístico da Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho. As atividades econômicas envolvem serviços de alimentação, de condutores locais, artesanato de crochê, venda de produtos, além da produção de mel, queijo, doces, ovos e galinha de capoeira. Segundo relata um membro da Associação, de cada família pelo menos quatro pessoas estão envolvidas nestas atividades, chegando em um número aproximado de 100 pessoas envolvidas diretamente. Indiretamente também atinge outros empreendimentos do entorno como: bares, mercadinhos, lanchonetes, hospedagem dentro e fora dos limites do Marinho que oferecem seus serviços ligados a cadeia econômica promovida pelo turismo nos lajedos. Um dos moradores, em entrevista, considera que:

Um grande avanço para nossas atividades foi a criação do CNPJ da ASCCROM, com isso, se pode ter acesso a programas de fomento; representatividade nas decisões junto à esfera pública e privada; a venda dos produtos passou a ser diretamente para a conta da associação, fato que deu maior credibilidade e segurança na produção e no escoamento dos produtos e atividades na comunidade. (EM. 01, 2023)

No Marinho, ocorre uma maior participação por parte dos moradores locais nas ações promovidas de forma coletiva. O Sebrae/PB classifica as Crocheterias do Marinho como um caso de sucesso tanto pela dedicação ao trabalho, como pela qualidade dos seus produtos. Segundo o consultor do Sebrae/PB, as crocheteiras do Marinho estão sempre articuladas, procurando participar dos eventos e feiras. Elas também buscam estimular a participação de outras pessoas no processo de produção do crochê, apesar de o grupo ainda não conseguir sensibilizar os mais jovens do Marinho a ingressarem nas atividades com o artesanato.

Na gestão das atividades, outra característica observada no Marinho é a comercialização e geração de renda de forma socializada, quando se consome algum produto ou serviço os valores vão para a conta da ASCCROM e a distribuição é feita de forma responsável com a comunidade que participa.

Ações coordenadas e implementadas no Marinho dificilmente não passam pela aceitação até mesmo dos que não fazem parte da ASCCROM e isso porque toda a



comunidade se beneficia com as causas que assumem. Segundo um morador, muitas das ações dependem da união e da colaboração dos associados e geralmente contam com a participação de todos.

Além da ASCCROM, a comunidade do Marinho tem representantes em outras associações como a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Boqueirão (ACCOB) e a Associação dos Apicultores do Município de Boqueirão, cujos presidentes são moradores do distrito do Marinho. Tem também a Associação dos Moradores do Marinho, porém essa não se encontra em plena atividade.

Neste sentido, o que se observa é uma participação e um envolvimento social mais ativo dos comunitários do distrito do Marinho em atividades associativistas e cooperativas. Mesmo os que não estão diretamente ligados a alguma associação ou cooperativa têm dentro de suas atividades cotidianas maior contato com grupos que pensam de forma coletiva e gerenciam ações coletivas.

Tomando ainda como referência os estudos de Matos (2012) sobre as ações coletivas, pôde-se perceber a existência de organizadores simbólicos nas duas comunidades, do Marinho e do Bravo. Esta categoria não tem como ponto de partida interesses pragmáticos e racionais, mas sentimentos morais ligados às tradições culturais que influenciam como os indivíduos se relacionam entre si e com os outros.

Um ponto forte sobre as relações de convívio comunitário tanto no Marinho quanto no Bravo é a religião. Ambas as comunidades possuem vínculos fortes com a religião católica e muitas das reuniões e encontros acontecem por intermédio de grupos ligados à Igreja. Nas entrevistas pôde-se constatar que este vínculo vai além das preparações de eventos e celebrações ligados à fé, mas também serve para discutir e compartilhar informações cotidianas, organizar ações coletivas para auxiliar alguém ou alguma família que passa por dificuldades e reivindicar serviços a serem ofertados pelo município para a comunidade, formando uma rede de apoio e solidariedade, fortalecendo os vínculos comunitários. O grupo de whatsapp da Igreja é um meio de contato e uma forma de participar em causas sociais locais.

Em relação aos organizadores históricos, segundo a teoria de Matos (2002), estão associados aos laços familiares, à proximidade entre vizinhos, à consolidação da identidade local, à coesão social, à cooperação baseada em interesses compartilhados, ao sentimento de pertencimento e à criação de canais de comunicação que promovem a aproximem as pessoas. Nesta categoria, observou-se que há uma forte influência na designação e gestão das atividades a partir dos laços familiares presente em ambas as comunidades.

No Marinho, destacam-se os sólidos laços de envolvimento, fundamentados na relação familiar e na confiança entre vizinhos. A cooperação, pautada em interesses coletivos, é um elemento-chave que aproxima os habitantes a partir da consciência coletiva e da colaboração, consolidando ainda mais as ações da ASCCROM.

Na comunidade do Bravo, também é evidente a relevância dos laços de parentesco na estrutura organizacional da comunidade.

Em relação aos organizadores da liderança, identificados na presença da figura do líder, Matos (2012) afirma que é fundamental identificá-los, uma vez que, têm a capacidade de interlocução e o poder de mobilizar grupos, o que também significa uma posição passiva e dependente da comunidade que se apoiam na figura do líder.

Na comunidade do Marinho, não existe uma única liderança, todos os membros da ASCCROM, por exemplo, sentem-se importantes e parte de uma engrenagem para a



melhoria da realidade da comunidade. No entanto, há personalidades de relativo destaque na comunidade pela proatividade e experiência.

Já na comunidade do Bravo, nas entrevistas verificou-se que os moradores não reconhecem a existência de um líder comunitário. No entanto, pela observação em campo ficou evidente que há uma personalidade de destaque na representação da comunidade, em nome da Associação dos Moradores Geoparque Cariri.

Por fim, pode-se afirmar que enquanto na comunidade do Marinho há maior autonomia e menos dependência da figura de líderes. Na comunidade do Bravo, há menos autonomia e participação social e maior passividade na espera por auxílio e benefícios articulados pela figura do líder.

Os organizadores sociais, conforme Matos (2002), desempenham um importante papel na conquista por espaços de empoderamento, legitimidade e conquistas dentro de uma comunidade. Nas comunidades estudadas, os elementos observados referentes aos organizadores sociais permitem compreender melhor os motivos do maior ou menor engajamento da comunidade no desenvolvimento do turismo local e regional, sobretudo, se são comunidades mais ou menos propensas a desenvolver o turismo a partir dos princípios do Turismo de Base Comunitária.

Proximidade com o Turismo de Base Comunitária

Para a análise das comunidades quanto à proximidade com o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, utilizamos as reflexões dos organizadores sociais, a partir de Matos (2002), sobrepondo com os princípios do TBC com base na obra "Política de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas" (Brasil, 2023b).

- Autogestão e Equidade social

A autogestão comunitária é imprescindível para o desenvolvimento do turismo sob os princípios do TBC, em que sob os vínculos de confiança e solidariedade a comunidade determina seus objetivos coletivos, os meios para alcançá-los e estabelece as regras, sendo a verdadeira protagonista do planejamento e da gestão da atividade turística. Os objetivos coletivos perpassam pela busca de uma sociedade mais justa, inclusiva, segura e democrática, com a geração e distribuição equitativa dos benefícios e das oportunidades advindos do turismo, com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das comunidades (Brasil, 2023b).

No caso da comunidade do Marinho, a gestão das atividades turísticas se destaca pela administração por meio do associativismo, pautada na prática coletiva do controle e gestão, corresponsabilidade e transparência das informações. Nesse contexto, a espinha dorsal dessa abordagem reside no espírito de cooperação familiar e de vizinhança, que permeia todas as ações, refletindo diretamente na autogestão.

A prática coletiva do controle é evidenciada pelo envolvimento ativo de membros da ASCCROM e reflete na comunidade. Tanto na tomada de decisões quanto na definição de estratégias para o turismo local, a participação de diversas famílias na administração das atividades demonstra um comprometimento conjunto em assegurar o sucesso e a sustentabilidade das iniciativas turísticas.

A corresponsabilidade é outro pilar fundamental. Cada membro da Associação se considera parte integrante do processo de gestão, assumindo responsabilidades específicas de acordo com suas habilidades e recursos disponíveis. Essa abordagem



contribui para a eficiência operacional e para o engajamento constante de todos os envolvidos.

A transparência das informações, desde a exposição de produtos na loja da Crochêma, exposição em feiras e outros eventos e até as negociações com os visitantes, é valorizada como um meio de fortalecer a confiança entre os membros da comunidade e entre a comunidade e os visitantes. Essa transparência constrói uma relação de confiança e empodera os visitantes a contribuírem diretamente para o desenvolvimento local.

Por sua vez, a comunidade do Bravo ainda não alcançou uma condição de autonomia na gestão comunitária das atividades turísticas, revelando uma baixa adesão dos integrantes da comunidade, tanto na atividade turística quanto no seu envolvimento associativista/cooperativista. Atualmente, as ações estão centralizadas nas articulações promovidas pela família proprietária da área do Lajedo do Bravo. A centralidade das iniciativas em basicamente uma família, fica claro nas entrevistas:

Nossa família se envolve mais porque somos proprietários da área, mas seria bom se tivesse algum incentivo que trouxesse por exemplo a pessoa que faz artesanato para vender seus produtos a pessoa que produz o doce para vender por aqui. Essas pessoas se quisessem participar seriam bem-vindas e isso traria lucros para comunidade, mas ninguém nunca falou em participar do Turismo. (EB.01, 2023)

A distribuição dos benefícios e das responsabilidades de forma mais equitativa e o envolvimento dos membros da comunidade na gestão turística são princípios fundamentais do Turismo de Base Comunitária. A falta de uma participação mais ampla na comunidade do Bravo limita as possibilidades de enriquecer as experiências turísticas na localidade, como também restringe os benefícios gerados pelo turismo a poucas pessoas.

A falta de engajamento da comunidade nas decisões e estratégias turísticas reflete a necessidade de promover uma maior conscientização, sensibilização e envolvimento dos moradores. A superação desses obstáculos é importante para desenvolver uma gestão turística mais responsável e inclusiva, alinhada aos princípios do Turismo de Base Comunitária.

- **Solidariedade e Cooperação**

O TBC fundamenta-se na união entre os membros da comunidade, buscando estabelecer vínculos de confiança e fortalecer a coesão social. Esse enfoque colabora para a promoção de interesses coletivos e do bem público, priorizando-os em detrimento dos interesses privados. Além disso, no TBC se presume um ambiente propício para práticas colaborativas, facilitando ações coletivas que fortalecem ações coordenadas, capacitam as comunidades e ampliam o capital social para impulsionar o turismo de maneira organizada, por associativismo, cooperativismo ou outras formas de organização social (Brasil, 2023b).

Tanto no Marinho como no Bravo, as comunidades possuem como característica, a solidariedade, fortalecida pela religiosidade e pelos vínculos de familiaridade e vizinhança. O auxílio e o apoio entre os membros da comunidade em ações para amenizar o sofrimento e os problemas diante da escassez são evidentes.



Todavia, na comunidade do Marinho existe uma coesão social mais fortalecida, em que os integrantes da comunidade são capazes de gerenciar de forma mais equitativa as demandas coletivas. A comunidade do Marinho se destaca pela relação de solidariedade e cooperação que permeia suas atividades produtivas inclusive no âmbito do turismo. Essa colaboração coletiva se revela como um fator determinante para a fluidez e eficiência das iniciativas locais. Apesar da pouca assistência advinda do poder público, como relatado nas entrevistas, a força da união entre os moradores consegue enfrentar com mais facilidade os desafios impostos à comunidade. No contexto do turismo, a cooperação da comunidade é notável, refletindo nas decisões conjuntas que impactam positivamente a cadeia produtiva local. A partir de atividades como artesanato, produção de doces, mel e queijos, bem como trilhas e camping sobre o lajedo, os habitantes do Marinho conseguem projetar sua identidade e riqueza cultural, fortalecendo a economia local.

No caso do Bravo, há uma liderança que busca movimentar diversas ações solidárias em prol das famílias carentes. Campanhas para arrecadação de materiais escolares, alimentos, medicamentos e outros recursos são empreendidas com o intuito de melhorar as condições de vida da comunidade. O que demonstra segundo Matos (2012), uma dependência em torno da figura do líder e uma baixa autonomia da comunidade. No âmbito do turismo, não há nenhuma articulação envolvendo a comunidade. Conforme relato de um morador do Bravo:

Para o turismo que falta é incentivo, porque toda beleza aqui a gente tem. Os turistas vêm de muitos lugares, vem de Pernambuco, vem do estrangeiro, da Paraíba mesmo, eles veem muitos lugares. Sobre o que eles consomem, aqui eles não consomem nada. Porque aqui a gente faz o queijo, antes a gente fazia doce de leite porque produz a partir do leite que a gente mesmo tira, outro faz a cocada, fulano faz artesanato, mas como a gente não se junta para organizar isso nem tem lugar para comercializar, acaba que não vende nada por aqui. (EB. 02, 2023)

É evidente, portanto, que a cooperação e articulação na comunidade do Bravo é deficiente, com a participação limitada da comunidade no desenvolvimento do turismo local.

- Responsabilidade socioambiental

Quando questionados se a comunidade tem a preocupação de desenvolver o turismo preservando os recursos naturais locais, em ambas as localidades os entrevistados responderam que as comunidades têm consciência da importância de romper com o uso predatório dos recursos naturais. “Desde que começamos a trabalhar o turismo aqui a comunidade percebeu que é importante preservar os recursos naturais, daí eles já não jogam mais lixo em qualquer lugar, não fazem queimadas e preservam a fauna e flora” (EM. 02, 2023), relata um morador do Marinho.

No Bravo, um entrevistado considera que um passo importante para a conscientização e preservação dos recursos naturais foi a criação da unidade de conservação APA do Cariri, em 2004. “Inibiu a ação das pessoas que antigamente matavam gavião, matavam mocóis, pichavam as pedras e hoje não fazem mais queimadas e nem despejam seus lixos no caminho” (EB. 05, 2023). Ele também acredita que a criação do projeto Geoparque Cariri Paraibano e o estímulo ao geoturismo e ao



ecoturismo levaram a uma maior consciência e sensibilização pela preservação da biodiversidade.

A família proprietária do Lajedo do Bravo ressalta a importância de manter o controle quanto ao acesso e a gestão da área, preservando-a ao máximo. Este controle se dá também pelo fato do lajedo estar numa propriedade privada. Com o avanço do turismo nos últimos vinte anos e a especulação provocada pela rentabilidade que esse fenômeno tem trazido para o Cariri, as famílias passaram a restringir os acessos e a comercializar seus próprios espaços de visitação. Conta o morador que, antes do turismo, as pessoas adentravam as propriedades sem autorização, hoje há maior controle por parte dos proprietários e maior cuidado com a preservação dos sítios arqueológicos e dos recursos naturais (EB. 05, 2023).

- Interculturalidade

A promoção da cultura local e o fortalecimento do sentimento de autoestima e de pertencimento são elementos fundamentais para uma troca intercultural e uma experiência enriquecedora entre visitantes e comunidades receptoras no âmbito do TBC (Brasil, 2023b). Porém, tanto as comunidades do Marinho quanto do Bravo enfrentam desafios ao buscar o reconhecimento, divulgação e valorização de suas expressões culturais, até mesmo na comunidade entre os mais jovens.

A produção artesanal de queijos do Bravo, que utiliza técnicas rudimentares como a produção do coalho a partir da bília do preá, uma espécie de roedor muito comum pela Caatinga, ou a criação das flores de crochê que dão forma aos diversos produtos da comunidade do Marinho são expressões que resgatam e mantêm vivas as técnicas tradicionais. Conforme relato de um morador da comunidade do Marinho:

Uma das dificuldades é tornar as atividades e tradições interessantes e convidativas aos mais jovens, as crocheteiras até fizeram e fazem aulas para sensibilizar sobre a importância dessa tradição, mas se percebe que eles não têm tanta vontade de aprender. Sobre a participação dos jovens nas atividades também é importante ressaltar a ausência de projetos que envolvam e tragam outras formas de inserção envolvendo música, teatro, dança, nenhum projeto social na escola e na comunidade. Precisaria muito que tivesse um centro de apoio à cultura, onde pudesse trazer as crianças e jovens para dentro deste projeto, mostrando a ele sua identidade, trazendo o senso de pertencimento e ali a gente iria trabalhar expressões culturais as quais os jovens são mais aptos, o teatro mais ainda pois envolve muitas outras expressões. (EM. 01, 2023)

No que se refere às relações interculturais entre visitantes e comunidades do Bravo e do Marinho, notam-se nuances significativas, moldadas pela dinâmica peculiar das visitas e da oferta de serviços de cada local.

No Bravo, a escassez de oferta de serviços turísticos impõe um menor tempo de permanência dos visitantes, limitando a interação a um contato basicamente entre o visitante e o condutor local. Nesse cenário, a troca de experiências e vivências é geralmente restrita, concentrando-se quase que somente na prestação de serviços. A interação, muitas vezes, se restringe a um contexto de diálogo com o condutor local, deixando pouco espaço para um intercâmbio cultural mais profundo na comunidade.

Já na comunidade do Marinho, a maior oferta de serviços e consequentemente o maior tempo de permanência dos turistas permitem uma interação intercultural mais



significativa. As atividades de visitação ultrapassam a simples prestação de serviços dos condutores locais e adentram para o diálogo sobre as memórias e as tradições locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas comunidades rurais do Marinho e do Bravo, alvos do estudo, ocorrem atividades ligadas ao geoturismo, ecoturismo, turismo rural e turismo pedagógico e científico, entretanto, as comunidades apresentam diferentes formas de organização e envolvimento com a cadeia produtiva do turismo.

Por meio da teoria de organizadores sociais de Matos (2012), podemos concluir que as comunidades do Marinho e do Bravo se assemelham em relação a presença de organizadores instrumentais políticos, em que as associações existentes cumprem um papel de poder e pressão política para a conquista de benfeitorias, e de organizadores simbólicos, onde a religião, os laços familiares e as relações de vizinhança são fundamentais para a coesão social.

Entretanto, é apenas na comunidade do Marinho que se observa a presença de organizadores econômicos e gerenciais ligados às atividades de subsistência, como artesanato, agricultura e serviços de condutores locais. Nesse contexto, as pessoas se unem para otimizar esforços, visando ganhos de produtividade e a melhoria da qualidade de vida. A presença de organizadores econômicos e gerenciais demonstra o comprometimento dos membros da comunidade do Marinho em promover um turismo mais sustentável, participativo e integrado, com destaque para a união e a participação social efetiva na Associação das Crocheteiras e Condutores Turísticos do Lajedo do Marinho (ASCCROM) e outras associações envolvendo atividades produtivas. A comunidade do Marinho reconhece a importância de alcançar objetivos comuns e a participação ativa na associação é uma expressão tangível desse comprometimento. A colaboração entre os membros contribui para a tomada de decisões coletivas e fortalece os laços comunitários.

Pela ausência de uma postura mais proativa da comunidade do Bravo, dependente da figura do líder, com baixa adesão em ações associativistas e cooperativistas, torna mais distante as possibilidades do desenvolvimento do turismo local com base nos princípios do Turismo de Base Comunitária, sobretudo, porque o TBC requer o protagonismo da comunidade nos processos de organização da atividade turística, envolvendo valores como a cooperação e a solidariedade entre os atores locais.

Isso não significa que seja impossível desenvolver o TBC em comunidades que não tenham organizadores econômicos e gerenciais preexistentes. No entanto, como o turismo é uma atividade que depende da oferta de produtos e serviços, a existência de uma postura proativa por parte da comunidade, voltada para a organização coletiva de arranjos produtivos locais, facilita significativamente o processo de desenvolvimento do turismo local alinhado aos princípios do TBC.

Para a consolidação de organizadores econômicos e gerenciais, é essencial que os sujeitos locais reconheçam que, ao se unirem em torno de atividades produtivas, os ganhos e benefícios serão maiores para todos e as atribuições e dificuldades serão compartilhadas, o que fortalece a coesão social e o bem-estar da comunidade.

Em relação a interculturalidade na experiência turística, verifica-se que no Bravo, por possuir pouca oferta de serviços, há uma zona de contato ainda restrita entre visitantes e comunidade, sendo o diálogo quase que somente entre o condutor local e o visitante, inviabilizando uma experiência intercultural mais profunda. No Marinho,



encontramos uma relação intercultural mais significativa possibilitada pelo maior tempo de permanência do visitante na comunidade, dada a maior oferta de serviços relacionados ao turismo.

Portanto, nota-se a importância de compreender a organização social de cada comunidade e adotar medidas possíveis para garantir que os benefícios do turismo sejam compartilhados de maneira mais justa, fortalecendo ainda mais os laços sociais e contribuindo para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região.

REFERÊNCIAS

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). Apresentação. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Brasil (2023a). Ministério do Turismo. *Turismo Responsável no Brasil*. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo.

Brasil (2023b). Ministério do Turismo. *Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas*. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo.

Cabanilla, E. (2014). Turismo Comunitário, sua complexidade e aporte ao bom viver. Construção de Políticas Públicas Baseadas em um Modelo Complexo de Desenvolvimento Territorial. In *Anais do 1º Encuentro Internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR*, Bolívia.

Coriolano, L. N. M. T. (2009). *Arranjos Produtivos Locais de Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: EdUECE.

Fialho, D. A., Araújo, S. M. S., & Bagnoli, E. (2010). Diagnóstico geoambiental e geoturístico na área de proteção ambiental do Cariri Paraibano. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. F. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Góis, C. W. L. (2003). Psicologia comunitária. *Universitas Ciências da Saúde*, 1(2).

Grimm, I. J., Sampaio, C. A. C., & Garcia, M. (2017). Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica no campo do turismo de base comunitária. *Gestión Turística*, 27, 44-64.

Irving, M. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (p. 108-12). Rio de Janeiro: Letra & Imagem.



Lages, G. de A., Ferreira, R. V., Meneses, L. F., Nascimento, M. A. L., & Fialho, D. (2018). *Projeto Geoparque Cariri Paraibano*. Serviço Geológico do Brasil, CPRM.

Maldonado, C. (2009). O turismo comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Matos, A. G. de (2002). Desenvolvimento Humano, Pobreza Rural e Inclusão Social. *Boletim NEAD, Notícias Agrárias*, Brasília, 2002.

Matos, A. G. de (2003). *Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos*. Brasília: Editorial Abaré.

Matos, A. G. de (2004). Organizadores sociais: algumas referências conceituais para análise das organizações sociais. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, 10, 123-154.

Matos, A. G. de (2006). Organizações sociais e economia solidária. *Cadernos do CEAM*, Editora da UnB, 6, 125-142.

Matos, A. G. (2012). A democracia e a organização social de base. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 335-351). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Meneses, L. F. (2020). O Conhecimento da Geodiversidade para o Desenvolvimento Regional do Cariri Paraibano (Tese de doutorado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Paraíba, Governo do Estado da (2022). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Turismo 2022-2030*. Recuperado de <https://www.paraiba2030.com.br/cópia-publicações>

Portal Correio (2017). *Sebrae lança roteiro turístico com atrativos do Cariri*. 07 dez. 2017. <https://portalcorreio.com.br/91073-2/>

Sales, J. S. (2012). *A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.

Sampaio, C. A. C. (2005). *Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a sociedade e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Sousa, L. G. de. (2011). *Potencialidades locais, turismo e desenvolvimento local para o cariri paraibano* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Brasil.



Tavares, A. G., Araújo, V., & Whebber, P. (2015). Cabaceiras/PB, a Roliúde Nordestina: cinema como impulsionador turístico. *XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, Natal. XVII Anptur 2015.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 24/02/2025

Aprovado em: 07/04/2025

Received in: February 24, 2025

Approved in: April 07, 2025